



ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DA CHE LAGOENSE
www.acd.chelagoense.pt



REGULAMENTO INTERNO

ATL

ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

Novembro de 2009



CAPITULO I

DA NATUREZA E FINS

Artigo 1º

O ATL da CHE Lagoense constitui uma valência da ACD da CHE Lagoense, Instituição Particular de Solidariedade Social, com o registo definitivo, publicado no Diário da Republica nº 76, de 30 de Março de 2000 - Serie III.

Artigo 2º

São atribuições específicas do ATL da Che Lagoense:

- a) Promover o desenvolvimento integral da criança através do aproveitamento das suas potencialidades;
- b) Colaborar com as famílias na promoção do desenvolvimento pessoal e harmonioso da criança, visando a integração dos pais no percurso pedagógico dos filhos como ajuda à sua tarefa de educadores;
- c) Colaborar com as famílias tendo em vista a promoção da saúde infantil e habilita-las a um melhor conhecimento desta para uma maior perfeita adequação ao processo educativo;
- d) Assegurar os cuidados de higiene adequada à idade das crianças;
- e) Estimular o convívio entre as crianças como forma de integração social;
- f) Assegurar através da estreita colaboração dos diversos níveis de pessoal técnico, a continuidade educativa, atendendo às necessidades bio-psico-sociais das diferentes etapas do desenvolvimento da criança;
- g) Dinamizar os tempos livres das crianças com actividades lúdico-pedagógicas, que concretizem os objectivos já enunciados.

CAPITULO II

DA ADMISSÃO E FREQUÊNCIA

Artigo 3º

São condições de admissão:

1. Ter idade compreendida entre os 6 e 12 anos

Artigo 4º

Critérios de admissão

A admissão das crianças deverá obedecer a critérios de ordem familiar e socio-económicos, tendo especialmente em consideração os seguintes pontos:

1. **Situação familiar** - Serão critérios de preferência os seguintes:

- a) Família em que a mãe trabalhe fora de casa de morada de família, regular ou irregularmente, preferindo a primeira à segunda;
- b) Família cuja mãe tenha de deixar de trabalhar se não tiver onde deixar os filhos, sendo a sua remuneração importante para a manutenção do agregado familiar;
- c) Doença de carácter prolongado da mãe;



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

- d) Falta da mãe ou do pai no agregado familiar, por morte ou abandono do lar;
- e) Más condições habitacionais ou incapacidade educativa de família que obstem ao desenvolvimento harmonioso e global da criança;
- f) Famílias em que existe um deficiente;
- g) Criança em "colocação familiar" propostas pelos serviços locais competentes;

2. Área geográfica - Preferência na admissão:

- 1. As crianças cujas famílias residam na área (concelho e freguesia) da Instituição;
- 2. As crianças cujas mães exerçam a sua actividade profissional no concelho;
- 3. Em igualdade de circunstâncias considerar-se-á:
 - a) A existência de irmãos a frequentar a Instituição;
 - b) A debilidade económica da família;
 - c) A ordem de inscrição da criança;
- 4. As crianças não abrangidas pelos critérios expressos nos números anteriores, só poderão ser admitidas desde que haja vagas.

Artigo 5º

O pedido de admissão deverá ser acompanhado do preenchimento de uma ficha fornecida pela Instituição. A admissão da criança estará sujeita a selecção conforme prioridades estabelecidas, se houver lista de espera.

Artigo 6º

A admissão de crianças é da competência da Direcção da Instituição.

Se a admissão for considerada, deverão os pais entregar na Secretaria da Instituição, os seguintes documentos:

- Registo de Nascimento
- Boletim de vacinas
- Declaração médica comprovativa de que a criança não sofre de doenças infecto-contagiosas;
- Recibo do vencimento actualizado;
- Recibo da renda da casa ou dos juros bancários com habitações;
- Cartão beneficiário;
- 2 fotografias da criança actualizadas
- Declaração médica de eventual doença crónica e se necessita de cuidados especiais nomeadamente, medicações ou outros.

Artigo 7º

A frequência na Instituição será comparticipada pelas famílias das crianças segundo a situação económica do agregado familiar de acordo com a Tabela de Comparticipações estabelecida (para cada ano lectivo), sendo orientada pelas normas do Centro Regional de Segurança Social;

A SABER:

A comparticipação familiar é determinada com base nos seguintes escalões de rendimento "per capita", indexados à remuneração mínima mensal (RMM):

- 1º escalão _____ Até 30% da RMM
- 2º escalão _____ De 30% a 50% da RMM
- 3º escalão _____ De 50% a 70% da RMM
- 4º escalão _____ De 70% a 100% da RMM
- 5º escalão _____ De 100% a 150% da RMM
- 6º escalão _____ Mais de 150% da RMM



Handwritten signature and initials in the top right corner.

A comparticipação é determinada pelo cálculo do rendimento “per capita” do agregado familiar de acordo com a seguinte formula:

$$R = \frac{RF - D}{N}$$

Sendo que:

R = Rendimento per capita

RF = Rendimento Anual ilíquido do agregado familiar

D = Despesas fixas anuais

N = Número de elementos do agregado familiar

A comparticipação familiar é determinada pela aplicação de uma percentagem sobre o Rendimento “per capita” do agregado familiar, conforme o quadro seguinte:

Escalões de rendimento

Serviços e Equipamentos	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º
ATL – Sem alimentação	5%	7%	10%	12,5%	15%	15%
ATL – Com alimentação	12,5%	15%	17,5%	20%	22,5%	22,5%

Conceito de Agregado Familiar

Para efeitos de aplicação das presentes normas, entende-se por agregado familiar o conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, casamento, afinidade, ou outras situações assimiláveis, desde que vivam em economia comum.

Rendimento Mensal Ilíquido

O valor do rendimento mensal ilíquido do agregado familiar é o duodécimo da soma dos rendimentos anualmente auferidos, a qualquer título, por cada um dos seus elementos.

Despesas Fixas

1- Consideram-se despesas mensais fixas do agregado familiar:

- a) - O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido, designadamente do imposto sobre o rendimento e da taxa social única;
- b) - O valor da renda de casa ou de prestação mensal devida pela aquisição de habitação própria;
- c) - Os encargos médios mensais com transportes públicos;
- d) - As despesas com aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crónica;

Poderá ser estabelecido um limite máximo das despesas mensais fixas a que se referem as alíneas b) a d) do número anterior, não podendo esse limite ser inferior ao montante da retribuição mínima mensal garantida.

Prova de Rendimento e Despesas

1- A prova dos rendimentos declarados será feita mediante a apresentação de documentos comprovativos adequados e credíveis, designadamente de natureza fiscal.

2- Sempre que haja fundadas dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimento deverão ser feitas as diligências complementares que se considerem mais adequadas ao apuramento das situações, de acordo com critérios de razoabilidade.



3- A prova das despesas referidas nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do ponto anterior poderá ser feita mediante a apresentação de documentos comprovativos dos últimos três meses.

Redução da Comparticipação Familiar Mensal

1. Haverá lugar a uma redução na comparticipação familiar mensal:
 - a. De 12,50% no valor da mensalidade, quando o período de ausência, devidamente justificada, exceda 15 dias não interpolados.
 - b. De 25% no valor da mensalidade, quando o período de ausência, devidamente justificada, exceda 30 dias.
2. Durante o período de encerramento para férias do pessoal (mês de Agosto) a mensalidade das crianças que frequentam a Valência ATL, terá uma redução de 25% (vinte cinco por cento) deduzida nesse mês.
 - a. As comparticipações familiares sob a forma de mensalidade são pagas directamente na Secretaria da Instituição até ao 8º dia útil do mês a que respeitam;
 - b. O não cumprimento do prazo de pagamento indicado na alínea anterior dará lugar a uma penalização de 10% até ao final do mês, ficando a partir dessa data suspensa a frequência até à regularização da situação;
 - c. Deverão os Encarregados de Educação comunicar ao Director Pedagógico qualquer motivo que justifique o atraso no pagamento para que a Direcção delibere sobre o caso;
 - d. Os casos especiais serão resolvidos por deliberação da Direcção;
 - e. Em casos de desistência, deverão os pais comunicar por escrito à Direcção até ao dia 25 do último mês que pretendam frequentar, sob pena de pagar a mensalidade do mês seguinte.

É ainda de salientar que:

1. Deve ser comunicada à Instituição, qualquer alteração nos rendimentos ou na composição do agregado familiar. A mensalidade que for estipulada está sujeita a revisão em função daquelas modificações.
2. Quando o agregado familiar tiver mais do que um filho a frequentar a Valência beneficiará de um desconto de 20% a abater na mensalidade do segundo filho ou seguintes, desde que não acumulável com outros benefícios para o respectivo agregado.
3. As comparticipações sob a forma de mensalidade são pagas directamente na Secretaria da Instituição até ao 8º dias útil do mês a que respeitam.
4. A comparticipação familiar máxima não poderá exceder o custo médio real do utente verificado no equipamento ou serviço que utiliza.
5. As omissões ou falsas declarações em relação à situação económica do agregado familiar, determinarão, após deliberação da Direcção, a anulação da matrícula ou outra medida sancionatória adequada ao caso concreto.
6. Por norma a revisão das comparticipações familiares são efectuadas anualmente. Qualquer situação de excepção será analisada pontualmente.



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '173' and various initials.

CAPITULO III
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

Artigo 8º

1. Horário do estabelecimento

O ATL funciona das 09h00 às 19h00, podendo contudo a Direcção, após deliberação, alterar o horário de funcionamento do estabelecimento de forma a adequá-lo às necessidades da Instituição.

2. Encerramento do estabelecimento

- Dia 24 de Dezembro
- Dia 31 de Dezembro
- Terça-feira de Carnaval
- 15 dias no mês de Agosto

Artigo 9º

1 - Saúde:

- a) Sempre que o pessoal da Instituição notar em qualquer criança sinais de doença, deve providenciar para que os seus pais sejam informados e a venham buscar com a urgência possível;
- b) Qualquer medicamento a administrar à criança durante as horas de permanência na Instituição, prescrito pelo médico assistente, só será administrado quando trouxer indicação escrita do médico prescritor.
- c) Os medicamentos a administrar respeitando às indicações da alínea anterior, deverão ter um rótulo onde conste o nome da criança, quantidade e hora a administrar.
- d) Qualquer criança que falte por motivo de doença, por um período superior a 5 dias só poderá voltar a frequentar, mediante apresentação de declaração do médico assistente, informando que ela está em condições de saúde para frequentar a Instituição.
- e) Será condição de impedimento de frequência da Instituição, qualquer doença que afecte uma criança e que pela sua natureza possa pôr em causa o seu normal funcionamento, e que prejudique a sua saúde e das restantes crianças, durante o período em que tal se verifique.
- f) Poderá ser também condição de impedimento de frequência, qualquer doença infecto-contagiosa que afecte familiares em contacto com a criança, sendo da responsabilidade das famílias a pronta comunicação da doença à Instituição.

Artigo 10º

1 - Contacto com os pais:

- a) No ATL, para além do contacto diário entre os pais e o pessoal educativo, poderão os pais ser atendidos pela Direcção, tendo no entanto que avisar previamente qual o assunto a tratar;
- b) A Direcção poderá convocar, com aviso prévio, os pais dos alunos para assunto relacionado com os seus filhos;
- c) Para além dos contactos referidos nas alíneas anteriores anualmente serão efectuadas duas reuniões de pais uma no início do ano lectivo e outra no fim, competindo à Direcção a convocação das mesmas;



Artigo 11º

1 - Segurança:

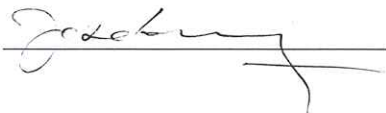




- a) À entrada as crianças serão recebidas diariamente pelo pessoal da Instituição o qual anotarà qualquer recomendação feita pelos pais;
- b) À saída as crianças serão entregues pelo pessoal da Instituição, apenas aos pais, os quais serão informados de qualquer problema surgido durante o dia;
- c) Na impossibilidade dos pais virem buscar as crianças, estas só serão entregues a outros mediante aviso prévio ou documento escrito.

Artigo 12º

A Instituição dispõe de livro de reclamações.

Aprovado na reunião de Direcção realizada no dia 27/11/2009

A Direcção

Aprovado na reunião da Assembleia Geral realizada no dia 30/11/2009

A Mesa

